



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

1ª Reunião da Comissão de Sistematização Virtual com a Promotoria de Valinhos

Ao receber o Ofício nº 303/2023 – 4ªPJRef.: 0466.0432/2019, provocado pelas entidades Centro de Cidadania, Defesa dos Direitos humanos e Desenvolvimento Social “Dorothy Stang” e Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos, contendo a alegação de não disponibilização de documentos por parte desta Comissão, o presidente vereador Gabriel Bueno e o relator, vereador Alécio Cau, solicitaram uma reunião com o 4º Promotor de Justiça Designado, Dr. Denis Henrique Silva, para os devidos esclarecimentos. A mesma foi agendada para o mesmo dia, às 16h40, de maneira virtual, com link gerado pela Promotoria e cuja síntese se encontra nesta ata.

A reunião se inicia com a presença do promotor e do vereador Alécio. O promotor explica que “eles (denunciante) disseram que não tiveram acesso a alguns documentos, que algumas coisas foram cerceadas. Eu não sei se isso é verdade ou se é mentira, por isso que eu coloquei no ofício para que (a Comissão) permita a integralidade de acesso, se for o caso. Analisem aí, que isso é a critério de vocês. Eu não tenho autoridade para dar essa ordem a vocês e não é uma recomendação em sentido institucional de que a investigação terminou e estou recomendando a tomar tal providência sob pena de Ação Civil Pública. Não, é um palpite, uma hipótese, uma sugestão, que olha “dizem que estão cerceando alguma coisa’ e se isso estiver acontecendo também, algum defeito de tecnologia, alguma coisa, o senhor como relator, o presidente, podem dizer isso aqui não tem sentido colocar lá, disponibilizar. A gente que decide, a gente que vê o que precisa ou não precisa e, às vezes, quem está de fora quer alguma coisa diferente que por nós não houve necessidade. Às vezes não é pecado nenhum e nem batalha que vale a pena comprar”.

O vereador Gabriel Bueno entra na reunião aos 1 minuto e 45 segundos.

O promotor segue: “A sugestão minha é essa. Vejam o que dá para anteder aí. A reunião está sendo gravada, porque até as pedrinhas da calçada sabem dessa história. Mais publicidade e audiência pública que foi dada nesse plano diretor, desde a época da gestão de Orestes, da gestão agora da atual prefeita e por vocês, porque não é só audiência pública. As pessoas têm livre acesso a todos os vereadores, em forma de documentos, etc. etc.

O vereador Gabriel lembra que foram 34 reuniões setoriais, bairro a bairro

O promotor continua: “Então, mais publicidade do que isso não existe. Como eu disse para vocês aí na reunião, está na hora de isso aí ser definido. Vamos conseguir o ideal? É impossível conseguir o ideal. Usando aquele ditado: o inimigo do bom é o ótimo. Então, vamos ver o que é possível ser feito de pronto.”

O promotor segue explicando que, como chegou a documentação e não houve tempo hábil para verificar, ele oficiou, destacando que ele tem certeza absoluta que a Comissão não inviabilizou documentação alguma, mas que algo pode ter passado despercebido e que o contato visa alertar a Comissão para possíveis problemas futuros, não necessariamente por parte do Ministério Público. É uma precaução.

O vereador Alécio ressalta a importância do contato, diz que vai responder oficialmente o ofício, mas que quer esclarecer alguns pontos: as informações estão sim disponíveis. Ele



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

destaca ainda que as duas entidades falam do mapa de Sobremacrozoneamento e esse mapa não estava disponível, que isso foi bastante debatido na Comissão, inclusive cogitando tirar isso dos anexos, justamente por entender que ele pode trazer mais dívida do que solução. AS informações desse mapa que foram alteradas e que precisam de publicidade são as macrozonas (MDOs, párea de proteção) e isso está explicado e com informações no mapa de Macrozoneamento e que seria uma redundância de informação. Inclusive em reunião em seu gabinete integrantes da Associação dos Engenheiros reclamaram que a prefeitura mandou mapas confusos e muitos mapas. Outro ponto é citado pelas entidades é o anexo 2 do PL 186, que são as zonas de centralidade. Outro debate na comissão foi feito, porque são apresentados pelo projeto da prefeitura uma tabela e um mapa com informações diferentes, tinham ruas na tabela que não constavam no mapa e vice-versa, com isso, a Comissão optou por manter as ruas da tabela, por meio da emenda 9 do relatório. Não concordo quando dizem que não tiveram acesso às informações, elas estão disponíveis e ninguém nos procurou para reclamar disso. Ao que o vereador Gabriel Bueno concordou e reafirmou.

O promotor agradece, diz que o Ministério Público não pode intervir e ressalta: "você sabem que existem autoridades, responsabilidades e as prerrogativas de vocês. Eu não vou interferir. Publicidade já foi dada, mais do que dada. A única preocupação do Ministério Público é o retrocesso ambiental, urbanístico, da acessibilidade e mobilidade. Ele segue dizendo que não pode interferir enquanto não tiver lei. Ele só pode agir depois e não pode fazer enquanto o processo está em curso.

O vereador Gabriel explica que acontecerá uma terceira audiência pública em agosto, para dar publicidade, ouvir a população.

O promotor diz que a documentação que por via das dúvidas não for disponibilizada, pode ficar com acesso no gabinete.

O presidente diz que estão respeitando o rito e tentando cumprir tudo à risca.

O promotor agradece as explicações e diz que só vai interferir se tiver retrocesso ambiental ou urbanístico grave, sem lidar com fatores ideológicos.

O vereador Alécio pede para explicar que as entidades de pronunciaram na primeira audiência e se inscreveram para a segunda e nada falaram disso.

O promotor agradece, sendo a reunião encerrada às 16h55

Eu, Marina Pizzatto do Prado, matrícula 23367, redigi a presente ata a pedido da Comissão. Local e data supra. Esta ata possui duas páginas numeradas, com o verso em branco.

Vereador Gabriel Bueno Vereador Alécio Cau

(Presidente)(relator)